

 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA	ANEXO I - PLANO DE TRABALHO	 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DE RECUPERAÇÃO DO RIO DOCE
---	--	--

1. DADOS CADASTRAIS

1.1. PRIMEIRO PARTÍCIPE - CONCEDENTE

Secretaria de Estado de Recuperação do Rio Doce - SERD			CNPJ: 58.838.175/0001-52
Endereço R. Ten. Mário Francisco Brito, nº 420 - Enseada do Suá, , Ed. Vértice, 18º andar, salas comerciais 1801, 1802, 1803 e 1804			
Cidade Vitória	UF ES	CEP 29050-555	Telefone (27) 99868-7359
Nome do Responsável JOÃO GUERINO BALESTRASSI			CPF 493.782.447-34
CI / Órgão Expedidor 347816 SSP/ES	Cargo Secretário de Estado		Matrícula 3167330
Endereço Rua Flórido Dalla Bernadina, 121 - Fazenda Vitali - Colatina – ES			CEP 29707-069

1.2. SEGUNDO PARTÍCIPE - EXECUTANTE

Órgão/Entidade Executante Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG			CNPJ/MF 27.080.555/0001-47
Endereço Rua Raimundo Nonato, 116 - Forte São João			
Cidade Vitória	UF ES	Cidade Vitória	UF ES
Representante legal do proponente Enio Bergoli da Costa			
Cargo Secretário de Estado		Número Funcional 391211	
Nº Decreto de Nomeação 2283-S		Data da Publicação no DIO 01/01/2023	
Responsável técnico pelo projeto			
Nome		Número Funcional	

E-mail	Telefone
---------------	-----------------

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1 TÍTULO DO PROJETO (com a identificação da ação que será realizada)	
Programas de pavimentação de vias rurais - Caminhos do Campo	
2.2 DURAÇÃO	
Início (indicar mês/ano) 08/2025	Término (indicar mês/ano) 08/2027
2.3. VALOR TOTAL DO PROJETO (com base no cronograma de execução financeira)	
R\$ 72.928.519,79	
2.4 RESUMO DO PROJETO (Descrever, de forma sumária, o que será realizado no projeto, as entregas a serem feitas e os resultados esperados para o público final) até 500 palavras	
No âmbito do Programa Caminhos do Campo, a Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG) irá promover a pavimentação de 32 km de estradas vicinais nos municípios de Colatina, Aracruz e Linhares, incluindo a execução de obras de drenagem superficial e profunda, além da implantação de sinalização horizontal e vertical conforme normas técnicas vigentes. As intervenções contemplam a melhoria da infraestrutura viária rural por meio da aplicação de revestimento asfáltico em trechos estratégicos previamente definidos em conjunto com as administrações municipais e baseados em critérios técnicos, como volume de tráfego, importância socioeconômica da região e vulnerabilidade durante períodos de chuvas. A ação tem como objetivo melhorar as condições de trafegabilidade, segurança viária e acesso das comunidades rurais aos serviços públicos e centros de comercialização, contribuindo para o escoamento da produção agropecuária, redução de perdas no transporte e aumento da eficiência logística. Além disso, espera-se impacto positivo na mobilidade de estudantes, trabalhadores e no transporte de insumos e mercadorias. A entrega dos 32 km de vias pavimentadas representa um investimento significativo na infraestrutura rural capixaba e atende diretamente ao público final formado por agricultores familiares, cooperativas, prestadores de serviço rural, transportadores e moradores das comunidades beneficiadas.	
2.5 JUSTIFICATIVA (Fundamentar o projeto do ponto de vista da política pública - O porquê se deve realizar o projeto, qual origem da demanda (diagnósticos, DRS, planejamento participativo, etc; a importância do projeto como resposta ao Desastre da Samarco. Fundamentar o projeto com base no Acordo de Mariana e no(s) anexo(s) pertinente(s).	

Apresentar outras justificativas que entender pertinente)

Os projetos de pavimentação e sinalização de estradas vicinais nos municípios de Colatina, Aracruz e Linhares, no âmbito do Programa Caminhos do Campo, têm origem em solicitações formais das administrações municipais, que identificaram a necessidade de melhorias em trechos estratégicos para o desenvolvimento rural, o escoamento da produção agropecuária e o acesso a serviços públicos. Essas demandas foram validadas por meio de diagnósticos locais, processos de planejamento participativo e articulação com associações de produtores, cooperativas e comunidades rurais.

Embora as vias não estejam sob jurisdição direta da Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), a pasta atua de forma colaborativa com os municípios, reconhecendo que a infraestrutura viária é um componente essencial para o fortalecimento das atividades agrícolas, do agroturismo e da qualidade de vida no meio rural. A atuação da SEAG busca contribuir com ações estruturantes que ampliem a competitividade das cadeias produtivas, incentivem a permanência das famílias no campo e promovam o desenvolvimento territorial sustentável.

As obras previstas – incluindo pavimentação asfáltica, drenagem superficial e profunda, além da devida sinalização – visam garantir maior segurança viária, reduzir o tempo e os custos de transporte, facilitar o escoamento da produção e melhorar o acesso das populações rurais a escolas, unidades de saúde, mercados e demais serviços essenciais. Além disso, essas intervenções minimizam os efeitos da sazonalidade climática, que historicamente dificulta a trafegabilidade em estradas de chão, especialmente durante o período chuvoso.

Ao apoiar tecnicamente e financeiramente essas ações, a SEAG contribui para a construção e fortalecimento da infraestrutura rural em áreas vulneráveis, promovendo um ambiente mais favorável à retomada da produção, à geração de renda e à inclusão produtiva. Trata-se de uma medida alinhada à missão institucional da Secretaria e às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, reafirmando o compromisso do Governo do Estado com a recuperação e o fortalecimento das comunidades afetadas.

2.6 OBJETIVOS (ação a ser realizada para atingir o objeto do projeto)

2.6.1. Objetivo Geral

Melhorar a infraestrutura viária das áreas rurais, por meio da pavimentação de estradas com revestimento asfáltico ou semiflexíveis e drenagem adequada, visando garantir a mobilidade da população, o escoamento da produção agropecuária, o acesso a serviços públicos e o fortalecimento das atividades econômicas rurais, como agricultura familiar e agroturismo.

2.6.2. Objetivos específicos (se houver)

Promover a pavimentação dos trechos:

BR259 – São Pedro Frio – 2ª Etapa (município de Colatina/ES). São Sebastião das Terras Altas – Pedrolândia – ES-248 (município de Linhares). Jacupemba X Comunidade Rio Francês (município de Aracruz).
2.7 ÁREA DE ABRANGÊNCIA (Identificar região, conforme consta no Acordo e municípios)
Municípios de Aracruz, Linhares e Colatina.
2.8 PÚBLICO BENEFICIADO (especificar grupo produtivo, comunidades, organizações comunitárias e associativistas, cooperativas, técnicos, autoridades e representantes das instituições públicas e privadas)
1. Trecho: BR-259 – São Pedro Frio – 2ª Etapa (Município de Colatina/ES) Comunidades atendidas: • Comunidade de São Pedro Frio • Comunidades rurais adjacentes ao longo da BR-259 Grupos produtivos e organizações locais: • Agricultores familiares produtores de café arábica e conilon • Produtores de hortifrutigranjeiros e leite • Associações de moradores e pequenos produtores rurais • Cooperativa dos Cafeicultores de Colatina e Região (COOABRIEL – atuação regional) • Grupos ligados à agroindústria artesanal e feiras locais Técnicos e instituições públicas envolvidas: • Escritório local do Incaper – Colatina • Secretaria Municipal de Agricultura • IDAF – Unidade Regional Centro-Oeste • Sindicatos rurais e associações de classe 2. Trecho: São Sebastião das Terras Altas – Pedrolândia – ES-248 (Município de Linhares/ES)

Comunidades atendidas:

- Comunidade de São Sebastião das Terras Altas
- Comunidade de Pedrolândia
- Áreas rurais próximas à ES-248

Grupos produtivos e organizações locais:

- Produtores de cacau, pimenta-do-reino, café e frutas tropicais
- Grupos de pesca artesanal e agroextrativismo
- Associações de produtores rurais e assentamentos
- Cooperativas ligadas ao cacau e à agricultura familiar
- Empreendimentos de turismo rural e agroturismo emergente

Técnicos e instituições públicas envolvidas:

- Incaper – Unidade Linhares
- Secretaria Municipal de Agricultura
- IDAF – Unidade Regional Norte
- Conselhos Municipais (Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente)
-

3. Trecho: Jacupemba x Comunidade Rio Francês (Município de Aracruz/ES)

Comunidades atendidas:

- Distrito de Jacupemba
- Comunidade de Rio Francês
- Comunidades vizinhas da zona rural de Aracruz

Grupos produtivos e organizações locais:

- Agricultores familiares produtores de mandioca, hortaliças e frutas
- Comunidades indígenas Tupiniquim (em áreas próximas)
- Associações rurais e cooperativas de base familiar
- Grupos ligados ao agroturismo e à agroindústria artesanal (farinha e derivados)

- Pequenos criadores de animais (avicultura, suínos)

Técnicos e instituições públicas envolvidas:

- Incaper – Escritório local de Aracruz
- Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)
- IDAF – Unidade Regional Norte
- Conselhos Municipais (Agricultura, Povos Tradicionais)

2.9 META TOTAL – INDICADOR (especificar a meta total que pretende atingir. Estabelecer um indicador de monitoramento que permitirá acompanhar o alcance da meta)

Pavimentação, drenagem e sinalização de:

- 8,46 km no trecho BR-259–São Pedro Frio(2ªEtapa);
- 11,68 km no trecho Entr.BR101–Jacupemba–Rio Francês;
- 11,56 km no trecho de São Sebastião das Terras Altas–Pedrolândia–ES-248 (KM33,30)

2.10 BENEFÍCIOS/RESULTADOS ESPERADOS COM O PROJETO (definir os benefícios que se pretende alcançar para a solução do problema com a implementação do projeto. Mensurar os resultados alcançados junto ao público final)

A pavimentação e sinalização dos trechos BR-259 – São Pedro Frio (Colatina), São Sebastião das Terras Altas – Pedrolândia (Linhares) e Jacupemba – Rio Francês (Aracruz) visa resolver gargalos históricos de mobilidade rural, com impacto direto na vida das comunidades envolvidas. Os principais problemas enfrentados atualmente são:

- Dificuldade de tráfego em períodos chuvosos;
- Alto custo e demora no escoamento da produção agrícola;
- Risco à segurança de veículos e pedestres;
- Isolamento parcial de comunidades rurais;
- Dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais (educação, saúde, assistência técnica).

Com a execução dos projetos, os seguintes benefícios concretos serão alcançados:

1. Melhoria da Mobilidade Rural

- Garantia de tráfego seguro e contínuo durante todo o ano, inclusive no período chuvoso.
- Redução do tempo médio de deslocamento entre as comunidades e as sedes dos municípios.

Mensuração estimada:

- Redução de até 40% no tempo de trajeto em dias chuvosos.
- 100% de disponibilidade de tráfego nos trechos pavimentados, antes sujeitos a interrupções.

2. Fortalecimento da Produção Agropecuária e do Agroturismo

- Aumento da eficiência logística no transporte de insumos e produtos agrícolas.
- Ampliação do acesso a mercados regionais e feiras livres.
- Maior atratividade para empreendimentos de turismo rural.

Mensuração estimada:

- Redução de até 30% nos custos de transporte da produção (combustível, manutenção e perdas por avarias).
- Estímulo à formalização de novos empreendimentos de base rural e artesanal.

3. Acesso Facilitado a Serviços Públicos

- Melhoria no transporte escolar e acesso de estudantes às unidades de ensino.
- Facilitação do acesso a postos de saúde, CRAS e serviços de emergência.
- Maior presença dos órgãos de assistência técnica e extensão rural nas comunidades.

Mensuração estimada:

- Redução de até 50% no tempo de deslocamento de ambulâncias e veículos escolares.

4. Valorização Fundiária e Fixação das Famílias no Campo

- A pavimentação valoriza imóveis rurais e eleva o potencial produtivo.
- Melhoria nas condições de vida incentiva a permanência das novas gerações no meio rural.

Mensuração estimada:

- Aumento no valor da terra nas áreas beneficiadas.
- Redução da migração rural-urbana nas regiões atendidas.

2.11 RISCOS E RESTRIÇÕES (identificar possíveis eventos ou situações que possam afetar positivamente ou negativamente o projeto. Se negativo, indicar as medidas de mitigação. Definir as restrições que possam ser fatores limitantes que impactam o projeto)

Um dos principais riscos identificados está relacionado às condições climáticas adversas, especialmente durante o período chuvoso. Chuvas intensas podem atrasar o cronograma de execução das obras de terraplenagem. Para mitigar esse risco, recomenda-se o planejamento com a elaboração de cronogramas com margens adequadas para absorver eventuais interrupções. Também é fundamental prever cláusulas contratuais específicas para essas

situações.

Os projetos também apresentam riscos positivos, ou seja, oportunidades que podem ampliar seus impactos. Um exemplo é o forte apoio institucional e comunitário já demonstrado pelas prefeituras e associações locais, que têm atuado como parceiras na mobilização das comunidades e na definição dos trechos prioritários. Esse alinhamento favorece o bom andamento das obras, reduz resistências e fortalece o vínculo entre as ações da SEAG e as necessidades reais dos territórios.

Além disso, existe a possibilidade de integração com outras políticas públicas em andamento nos municípios, como programas de assistência técnica e extensão rural, crédito rural, agroturismo e inclusão produtiva. A sinergia entre essas ações pode potencializar os efeitos estruturantes da pavimentação, garantindo benefícios duradouros à população rural beneficiada.

Por fim, é importante considerar como restrição a necessidade de manutenção contínua das vias após a entrega da obra, cuja responsabilidade é dos municípios. A ausência de manutenção periódica pode comprometer a durabilidade do pavimento e reduzir os ganhos logísticos e sociais conquistados. Para enfrentar essa limitação, a SEAG poderá agir de forma colaborativa por meio de termos de cooperação que prevejam ações de capacitação técnica, bem como o compromisso, mediante disponibilidade orçamentária, com a conservação da infraestrutura implantada.

2.12 VIABILIDADE TÉCNICA (analisar a possibilidade de execução do projeto considerando os recursos técnicos disponíveis com os recursos do ACORDO. Ou seja, justificar em que medida o projeto poderá ser implementado com sucesso)

Os projetos propostos foram definidos a partir de demandas concretas dos municípios, priorizando trechos que atendem diretamente comunidades impactadas pelo desastre e que possuem significativa relevância socioeconômica. Os traçados/geometria selecionados apresentam características próprias técnicas compatíveis com as soluções de engenharia previstas no programa Caminhos do Campo. Os projetos de terraplenagem, base e sub-base, drenagem superficial e profunda, revestimento com CBUQ e sinalização conforme as normas técnicas do DNIT e do Código de Trânsito Brasileiro.

Além disso, os projetos contam com a gestão técnica da SEAG, que possui experiência consolidada na execução de obras viárias em áreas rurais por meio do Programa Caminhos do Campo. A Secretaria dispõe de equipe técnica qualificada para elaboração, análise e acompanhamento dos projetos, além de manter convênios com os municípios que possibilitam a execução descentralizada, respeitando as competências administrativas.

Os recursos financeiros alocados por meio do Acordo de Mariana são suficientes para a execução dos trechos definidos, uma vez que os projetos foram dimensionados com base em orçamentos atualizados e compatíveis com os preços praticados em obras públicas similares no Estado do Espírito Santo. Além disso, os recursos estão vinculados a uma política pública de reparação, o que confere segurança jurídica e previsibilidade orçamentária à execução.

Por fim, destaca-se que a pavimentação desses trechos representa uma solução técnica madura, padronizada e replicável, com riscos controláveis e benefícios comprovados, especialmente no que se refere à mobilidade rural, ao escoamento da produção agrícola e à

integração das comunidades atingidas.

2.13 INFRAESTRUTURA EXISTENTE NO ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO (informar a infraestrutura existente atual, antes da execução do projeto e, se for o caso, quais serão os benefícios que o projeto irá adicionar)

A SEAG, por meio da Subsecretaria de Infraestrutura Rural, conta com uma equipe técnica composta por servidores efetivos e comissionados, com formação nas áreas de engenharia civil e gestão pública, com experiência consolidada em planejamento, elaboração, fiscalização e acompanhamento de obras de infraestrutura rural. Esse corpo técnico tem atuado de forma contínua na gestão de projetos similares em todo o território capixaba, demonstrando capacidade de execução dentro dos padrões de qualidade e economicidade exigidos pela administração pública.

Como suporte adicional à estrutura interna, a SEAG mantém contrato com uma empresa especializada em supervisão técnica de obras, que presta serviços de apoio no acompanhamento da execução contratual e no controle tecnológico dos serviços de engenharia, com foco na qualidade dos materiais aplicados, conformidade com os projetos e observância dos prazos estabelecidos. Essa parceria garante maior precisão nos registros de medição, maior controle sobre a execução física e financeira dos contratos e melhor capacidade de resposta a eventuais intercorrências técnicas durante a obra.

A infraestrutura física e administrativa existente também está estruturada para suportar as demandas dos convênios firmados com os municípios, incluindo sistemas de gestão de convênios, controles internos e processos padronizados de análise técnica, jurídica e orçamentária.

Dessa forma, constata-se que a SEAG possui os meios técnicos e operacionais necessários para a execução eficiente e segura do plano de trabalho proposto, com possibilidade de ampliação de seus impactos estruturantes no território estadual.

2.14 EQUIPE DE PROFISSIONAIS QUE ATUARÃO NA EXECUÇÃO DA PROPOSTA. IDENTIFICAR O COORDENADOR DO PROJETO.

NOME	FORMAÇÃO
RODRIGO JOSÉ COSTA NÓBREGA	ENGENHEIRO CIVIL (COORDENADOR)
RENÉE LAURET COSME	ENGENHEIRO CIVIL
PATRICK RIOS DE SOUZA	ENGENHEIRO CIVIL
MARJORYE BOLDRINI DA SILVA	ENGENHEIRA CIVIL

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO

3.1. DESCRIÇÃO DETALHADA DAS AÇÕES PROPOSTAS

AÇÃO 1:

Título (nome) da Ação
Pavimentação, drenagem e sinalização do trecho “BR-259–São Pedro Frio (2ªEtapa)”
Estágio (não iniciado, iniciado)
Não iniciado
Descrição (o que é)
Obra de infraestrutura rodoviária
Finalidade (objetivo)
Mobilidade rural
Indicador
Extensão pavimentada
Metas
Pavimentação de 8,46 km
Responsável (executor)
SEAG
Metodologia (como será realizada)
Pavimentação asfáltica
Abrangência (território físico)
Município de Colatina
Recursos necessários (humanos, materiais e financeiros)
Equipe de fiscalização (existente na SEAG), veículo para fiscalização (existente na SEAG), equipe de apoio técnico (supervisão contratada pela SEAG), recursos para pagamento de medições e reajustamentos (objeto do acordo junto à SERD)
Período de Execução
Setembro /25 – setembro 2027
Parceiros Estratégicos
Empresa Contratada, Supervisora, Município de Colatina e IDAF
Estratégias de comunicação com interessados
Emails, reuniões online, reuniões presenciais, ofícios, acordo de cooperação, contratos
Outras Informações relevantes
Obra em licitação
Fonte/Anexo (a ser informada pela Serd)

Lista 6.1- iniciativas compensatórias do Estado do Espírito Santo, 6.1- item XXXIX - realização de obras de construção, manutenção e conservação de estradas vicinais rurais.

AÇÃO 2:
Título da Ação
Pavimentação, drenagem e sinalização do trecho “Entr.BR101–Jacupemba–Rio Francês”
Estágio (não iniciado, iniciado)
Não iniciado
Descrição
Obra de infraestrutura rodoviária
Finalidade
Mobilidade rural
Indicador
Extensão pavimentada
Metas
Pavimentação de 8,46 km
Responsável (executor)
SEAG
Metodologia
Pavimentação asfáltica
Local de Abrangência
Município de Aracruz
Recursos necessários
Equipe de fiscalização (existente na SEAG), veículo para fiscalização (existente na SEAG), equipe de apoio técnico (supervisão contratada pela SEAG), recursos para pagamento de medições e reajustamentos (objeto do acordo junto à SERD)
Período de Execução
Setembro /25 – setembro 2027
Parceiros Estratégicos
Empresa Contratada, Supervisora, Município de Aracruz e IDAF
Estratégias de comunicação com interessados

Emails, reuniões online, reuniões presenciais, ofícios, acordo de cooperação, contratos.

Outras Informações relevantes

Obra em licitação

Fonte/Anexo (a ser informada pela Serd)

Lista 6.1- iniciativas compensatórias do Estado do Espírito Santo, item XXXIX - realização de obras de construção, manutenção e conservação de estradas vicinais rurais.

AÇÃO 3:

Título da Ação

Pavimentação, drenagem e sinalização do trecho “São Sebastião das Terras Altas–Pedrolândia–ES-248 (KM33,30)”

Estágio (não iniciado, iniciado)

Não iniciado

Descrição

Obra de infraestrutura rodoviária

Finalidade

Mobilidade rural

Indicador

Extensão pavimentada

Metas

Pavimentação de 8,46 km

Responsável (executor)

Prefeitura de Linhares

Metodologia

Pavimentação asfáltica

Local de Abrangência

Município de LINHARES

Recursos necessários

Equipe de fiscalização (existente na SEAG e Prefeitura de Linhares), veículo para fiscalização (existente na SEAG e Prefeitura de Linhares), equipe de apoio técnico (supervisão contratada pela SEAG), recursos para pagamento de medições e reajustamentos (objeto do acordo

junto à SERD)
Período de Execução
Setembro /25 – setembro 2027
Parceiros Estratégicos
Empresa Contratada, Supervisora, Município de Linhares e IDAF
Estratégias de comunicação com interessados
Emails, reuniões online, reuniões presenciais, ofícios, acordo de cooperação, contratos.
Outras Informações relevantes
Convenio em fase de celebração
Fonte/Anexo (a ser informada pela Serd)
Lista 6.1- iniciativas compensatórias do Estado do Espírito Santo, item XXXIX - realização de obras de construção, manutenção e conservação de estradas vicinais rurais.

4.2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA - ATIVIDADES TÉCNICAS PLANEJADAS PELO EXECUTOR

Nº da Ação	Descrição da ação	Und.		ANO 1				ANO 2				ANO 3			
			Qtde Total	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
1	Pavimentação, drenagem e sinalização do trecho “BR-259–São Pedro Frio (2ªEtapa)”	1	1	-	-	2%	2%	15%	15%	15%	15%	12%	12%	12%	-
2	Pavimentação, drenagem e sinalização do trecho “Entr.BR101–Jacup emba–Rio Francês”	1	1	-	-	5%	5%	15%	15%	15%	15%	10%	10%	10%	-
3	Pavimentação, drenagem e sinalização do trecho “São Sebastião das Terras Altas–Pedrolândia–ES-248 (KM33,30)”	1	1	-	-	10%	-	40%	-	40%	-	10%	-	-	-

4.3. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO - CONCEDENTE E EXECUTOR

A ser definido em conjunto pela equipe técnica do executor e da concedente

Item	Especificação	Indicador Físico		Duração		Responsável
		Unid	Quant	Início	Término	
1	Avaliar o desenvolvimento dos programas e projetos previstos neste instrumento, juntamente com o EXECUTANTE (Letra “c”, II, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação)	Projetos em execução	A ser definido pelo responsável pelo projeto e pelo Gestor a ser indicado pela Serd			Serd
2	Apresentar relatórios parciais de execução dos projetos (Letra “c”, III, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação. Modelo fornecido pela Serd)	Relatórios apresentados	Semestral			Executante/ Coordenador do Projeto
3	Participar de forma periódica, de reuniões destinadas ao monitoramento das ações programadas e à avaliação dos resultados pactuados (Letra “b”, I, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação)	Reuniões realizadas	semestral			Equipe técnica Serd e Coordenador do Projeto
4	Realizar apresentações relativas aos projetos vinculados a este Termo, em comitês, eventos, reuniões ou outras instâncias que se fizerem necessárias ao cumprimento de obrigações decorrentes do Acordo Judicial e perante órgãos de controle ou monitoramento. (Letra “c”, I, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação)	Apresentações realizadas	Variável de acordo com demanda da Serd e Órgãos de controle e monitoramento			Serd e Executante/coordenadores do projeto
5	Divulgar, por meio dos canais institucionais oficiais, as ações decorrentes da presente parceria, garantindo ampla publicidade e transparência à sociedade. (Letra “d”, I, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação)	Divulgações realizadas	Variável de acordo com ações executadas			Serd e Executante
6	Cadastrar e alimentar o Portal de Transparência do Acordo		Semestral			Executante
7	Cadastrar do Termo de Cooperação e atividades decorrentes deste Plano de Trabalho no Sistema de gestão de projetos disponibilizado pela Serd (Letra “h”,	Projeto cadastrado	01			Executante/Coordenador do Projeto

	III, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação) - PMO					
8	Atualizar o Sistema de gestão disponibilizado pela Serd (Letra “h”, III, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação) - PMO	Projeto atualizado	semestral (antes da realização da reunião prevista item 3)			Executante/Coordenador do Projeto
9	Apresentar a prestação de contas final referente à totalidade dos recursos recebidos (Letra “j”, III, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação. Modelo fornecido pela Serd	Relatório de prestação de contas recebido	01			Executante/Coordenador do Projeto

4.4. CRONOGRAMA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXECUTOR (R\$)

Nº da ação	Descrição da ação		ANO 1		ANO 2		ANO 3	
		Valor Total	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
1	Pavimentação, drenagem e sinalização do trecho “BR-259–São Pedro Frio (2ªEtapa)”	22.490.635,89	-	896.899,93	8.601.370,75	4.631.507,32	6.685.797,39	1.675.060,50
2	Pavimentação, drenagem e sinalização do trecho “Entr.BR101–Jacupemba–Rio Francês”	19.463.464,81	-	1.945.769,71	7.509.850,38	5.006.566,90	4.001.022,26	1.000.255,56
3	Pavimentação, drenagem e sinalização do trecho “São Sebastião das Terras Altas–Pedrolândia–ES-248 (KM33,30)”	30.974.419,09	-	3.858.933,91	12.291.466,94	12.291.466,94	2.532.551,30	-

4.5 PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

GRUPO	NATUREZA DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Custeio	3.3.90.14	Diárias	
	3.3.90.30	Material de consumo	
	3.3.90.33	Passagens	
	3.3.90.39	Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica	
Subtotal Custeio			
Capital	4.4.40.42	AUXÍLIOS	30.974.419,09
	4.4.90.51	Obras e serviços de engenharia (contratados pela Administração Pública Estadual)	41.954.100,70
Subtotal Capital			72.928.519,79
TOTAL GERAL DO PLANO DE TRABALHO			72.928.519,79

Acompanha este cronograma a Memória de Cálculo Detalhada do Projeto (Anexo I ao PT), E-docs #2025-4XC75

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Anexo do Acordo de Mariana: Lista 6.1- iniciativas compensatórias do Estado do Espírito Santo, Lista 6.1- item XXXIXrealização de obras de construção, manutenção e conservação de estradas vicinais rurais.

Fonte: 189900103 e 2899000103

Plano Orçamentário:

PO Caminhos do Campo - São Sebastião das Terras Altas - Pedrolândia - ES 248 - 3357

PO Caminhos do Campo - Jacupemba X Comunidade Rio Francês – 3358

PO BR 259 - São Pedro Frio - 2ª Etapa - 1783

ANO I - 2025					
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
0,00	3.520.179,16	1.760.089,58	473.778,27	473.778,27	473.778,27
ANO II - 2026					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
6.782.359,17	6.782.359,17	6.782.359,17	2.685.203,52	2.685.203,52	2.685.203,52
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
5.703.501,35	5.703.501,35	5.703.501,35	1.606.345,70	1.606.345,70	1.606.345,70
ANO III - 2027					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
2.625.320,38	2.625.320,38	2.625.320,38	1.781.136,61	1.781.136,61	1.781.136,61
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
891.772,02	891.772,02	891.772,01	0,00	0,00	0,00

ANO IV - 2028					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do conveniente, declaro para fins de prova junto à SERD, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da administração pública estadual, que impeça a implementação das ações previstas neste plano de trabalho.

ENIO BERGOLI DA COSTA

Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG

7. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

A aprovação do PT pelo Concedente se dará após a avaliação pela equipe técnica da subsecretaria envolvida.

APROVADO

MARGARETH BATISTA SARAIVA COELHO

Subsecretária De Estado Ações Socioeconômicas e Participação Social (SUBASP)

JOÃO GUERINO BALESTRASSI

Secretário de Estado de Recuperação do Rio Doce - SERD



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 25/08/2025 16:56:35 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por RENEE LAURET COSME (GERENTE FG-GE - GVR - SEAG - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-4WZRCG>